



Editorial: O imperativo tecnológico no meio rural

Fábio Mosso Moreira^a

A terceira década do século XXI se inicia, mas os problemas ocasionados pela pandemia do COVID-19 que marcou o final da década anterior ainda persistem. A boa notícia é que a vacinação avança. A má é que esse avanço ocorre quase que exclusivamente em países ricos, ou seja, aqueles que foram vanguarda no desenvolvimento dos imunizantes (ex: EUA, Europa, China), ou que, ao menos, possuem relações diplomáticas sólidas o suficiente com os mesmos.

Este fato reforça e relembra a todos que o imperativo tecnológico também se estende nos aspectos sanitários. Se você não tem tecnologia para desenvolver, validar, produzir e distribuir as vacinas, você não imuniza. O mesmo já vem ocorrendo em outras esferas do cotidiano social, se você não tem aplicativo de entrega de comida, você não se alimenta. Se você não tem aplicativo de serviço de locomoção, você não circula. Todos estes são direitos básicos do cidadão, que estão adquirindo imperativamente a dependência de plataformas tecnológicas,

a Doutor em Ciência da Informação. Professor na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. fabio.m.moreira@ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0002-9582-4218>.

produtivas ou informacionais.

Mas em vez de entrar no mérito de discutir qualquer definição teórica para o imperativo tecnológico, este editorial considera importante destacar que a qualidade de ser imperativo pressupõem, por natureza, que determinado fato ou condição é imposta sem que haja uma devida discussão de suas implicações.

E como um contraponto para o imperativo tecnológico, a Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar – RECoDAF atua como um meio de comunicação que fomenta a divulgação de conhecimento científico-tecnológico no contexto dos pequenos produtores, partindo do pressuposto de que este conhecimento pode equilibrar as oportunidades que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) proporcionam para o setor agropecuário brasileiro sem se tornar imperativa.

Historicamente o Brasil já sofreu com um modelo de desenvolvimento rural baseado no imperativo das tecnologias produtivas (Revolução Verde), o que amplificou as desigualdades sociais e econômicas entre os pequenos produtores e grandes latifundiários. A publicação de mais uma edição da RECoDAF (v.7, n.1, 2021) adiciona um pouco mais de luz neste debate para evitar que o imperativo das tecnologias informacionais também se manifeste neste contexto.

Este primeiro número do sétimo volume, por sua vez, congrega um conjunto de seis artigos, que podem ser organizados em três dimensões conceituais distintas.

A primeira dimensão possui um direcionamento voltado para a identificação de opções tecnológicas que podem ser implementadas nas atividades agropecuárias do pequeno produtor. Este eixo é representado por um único artigo, intitulado “*Tecnologias que auxiliam a produção sustentável de alimentos*” (SAUSEN et al., 2021), e apresenta os resultados de um mapeamento de tecnologias informacionais identificadas como possível solução para ser utilizada no processo produtivo.

A segunda dimensão é composta por três artigos que tratam sobre o desenvolvimento e a prototipagem de tecnologias inovadoras para o meio rural. O artigo intitulado “*Iniciativa para a integração de TI na gestão operacional de unidades produtivas agrícolas*” (BERMEO-ANDRADE et al., 2021) expõe os resultados de um projeto-piloto para o desenvolvimento de um aplicativo direcionado a produtores de hortaliças; o artigo “*Desenvolvimento de software para o manejo da irrigação utilizando a evapotranspiração da cultura*” (RODRIGUES et al., 2021) descreve a prototipagem de um aplicativo voltado para gestão dos recursos hídricos no processo produtivo; e o terceiro artigo que integra esta dimensão intitula-se “*Planejamento de um sistema de monitoramento de plantações para aplicação na agricultura familiar*” (MOREIRA; AMARAL; LIMA, 2021) e descreve os componentes e a arquitetura de um dispositivo de baixo custo, desenvolvido para mensurar a temperatura e umidade (ar e solo) no cultivo de vegetais.

A terceira e última dimensão teórica desta composição inclui dois artigos, que possuem uma perspectiva mais aproximada das implicações que a manipulação das tecnologias informacionais possuem para o produtor ou trabalhador rural. O primeiro artigo que integra esta dimensão é intitulado “*Hábitos digitais dos produtores de frutas e hortaliças e sua relação com o perfil socioeconômico e o negócio rural*” (NUNES et al., 2021), e analisa a relação entre o perfil do produtor rural e a apropriação das TIC, por meio de um estudo de caso realizado no município de Tangará da Serra-MT; e o segundo artigo deste eixo intitula-se “*Estudo de tempos e movimentos para a mensuração da produtividade da mão de obra em plantações de palma de azeite na Colômbia: o caso da polinização artificial*” (CAMPEROS; BARRERA; MOSQUERA-MONTOYA, 2021), e apresenta

dados sobre a implementação de tecnologias baseada em inteligência artificial como forma de automatizar um trabalho massante desempenhado pelos trabalhadores rurais, como é o caso da polinização manual de cultivares.

Com mais esta coletânea, a RECoDAF segue desmistificando a disseminação das TIC no meio rural, seguindo de perto os efeitos que o imperativo tecnológico pode causar para o contexto das atividades agropecuárias do pequeno produtor, evitando, assim, uma acentuação ainda maior da desigualdade socioeconômica e da assimetria informacional existente entre as categorias de produtores.

Boa leitura.